



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE GOV. JORGE TEIXEIRA
PODER LEGISLATIVO

Fl. N.º 017

Proc. N.º 14700

**LEI MUNICIPAL N.º 202/2000
DE 22 DE DEZEMBRO DE 2000**

**“CRIA O CONSELHO DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CAE) DO
MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE
TEIXEIRA, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS”**

- CONSIDERANDO: A edição da Medida Provisória 1979 – 19;

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faço saber que a Câmara Municipal de Governador Jorge Teixeira, aprovou e eu sanciono a presente:

**LEI
== =**

Artigo 1º - Fica criado o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), no Município de Governador Jorge Teixeira, como Órgão deliberativo, Fiscalizador e de Assessoramento ao Governo Municipal na execução do Programa de Assistência e Educação alimentar, junto aos estabelecimentos de Educação Pré – Escolar e de Ensino Fundamental, mantidos pela Municipalidade, motivando a participação de Órgãos Públicos e da Comunidade na Consecução de seus objetivos, competindo-lhe especificamente:

I – Acompanhar a aplicação dos Recursos Federais, transferidos à conta do PNAE;

II – Zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias.

III – Receber, analisar e remeter ao FNDE, com parecer conclusivo, as prestações de contas do PNAE:



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE GOV. JORGE TEIXEIRA
PODER LEGISLATIVO



IV – Promover a elaboração dos cardápios dos programas de Alimentação Escolar, respeitando os hábitos alimentares do Município, sua vocação agrícola, dando preferência aos produtos “in natura”;

V – Orientar à aquisição de insumos para os Programas de Alimentação Escolar, dando prioridade aos produtos da região;

VI – Sugerir medidas aos Órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, nas fases de elaboração e tramitação do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes e Orçamento Municipal, visando:

- a) as metas a serem alcançadas;
- b) a aplicação dos recursos previstos na Legislação Nacional;
- c) o enquadramento das Dotações Orçamentárias, especificadas para alimentação escolar;

VII – Realizar campanhas sobre higiene e saneamento básico, no que diz respeito aos seus efeitos sobre a alimentação;

VIII – Promover a realização de Cursos de Culinária, noções de nutrição, conservação de utensílios e material, junto às Escolas Municipais e Estaduais;

IX – Levantar dados estatísticos nas Escolas e nas Comunidades, com a finalidade de avaliar o Programa a nível Municipal;

X – Articular – se com órgãos ou Serviços Governamentais nos âmbitos Estaduais e Federais e com outros Órgãos da Administração Pública ou Privada, a fim de obter colaboração ou Assistência Técnica para a Melhoria da alimentação Escolar distribuídas nas Escolas Municipais e Estaduais;

XI – Fixar critérios para a distribuição da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino Municipais e Estaduais;

XII – Articular –se com as Escolas Municipais e Estaduais, conjuntamente com os órgãos de Educação do Município, motivando – as na Criação de Hortas, Granjas e Pequenos animais de Corte, para fins de enriquecimento da alimentação escolar;

XIII – Realizar campanhas educativas de esclarecimento sobre alimentação;



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE GOV. JORGE TEIXEIRA
PODER LEGISLATIVO



XIV – Realizar estudos a respeito dos hábitos alimentares locais, levando - os em conta quando da elaboração dos cardápios para a merenda escolar;

XV – Exercer a fiscalização sobre o armazenamento e a conservação dos alimentos destinados à distribuição nas escolas assim como a limpeza dos locais de armazenamento;

Parágrafo Único – A execução das proposições estabelecidas pelo Conselho de Alimentação Escolar, ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

ARTIGO 2º - O Conselho de Alimentação Escolar terá a seguinte composição:

- I – 01 (um) representante do Poder Executivo, indicado pelo Chefe desse Poder;
- II – 01 (um) representante do Poder Legislativo, indicado pela Mesa Diretora desse Poder;
- III – 02 (dois) representantes dos professores, indicados pelo respectivo órgão da classe;
- IV – 02 (dois) representantes de pais e alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares;
- V – 01 (um) representante de outro segmento da Sociedade Local.

§ 1º - A cada membro efetivo corresponderá um suplente.

§ 2º - Os Membros e o presidente do CAE, terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

§ 3º - O CAE terá 01 (um) Presidente e seu respectivo Vice, com mandato de 02 (dois), podendo ser reeleito uma única vez.

§ 4º - O Presidente e o Vice – Presidente, serão eleitos pelo voto de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros do CAE presentes em Assembléia Geral especialmente convocada para tal fim.

§ 5º - Os representantes, não ligados ao Executivo, referido neste Artigo, serão indicados por suas entidades para nomeação do Prefeito Municipal.



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE GOV. JORGE TEIXEIRA
PODER LEGISLATIVO

Fl. N.º	020
Proc. N.º	147/00

§ 6º - No caso de ocorrência de vaga, novo membro designado deverá completar o mandato do substituto.

§ 7º - O Conselho de Alimentação Escolar, reunir – se – à, ordinariamente, com a presença de pelo menos metade de seus Membros, uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente, mediante solicitação de pelo menos 1/3 (um terço) de seus Membros efetivos.

§ 8º - Ficarão extinto o Mandato do Membro que deixar de comparecer, sem justificção, a 02 (duas) reuniões consecutivas do Conselho ou 04 (quatro) alternadas.

ARTIGO 3º - O Exercício do Mandato do Conselho será gratuito e Constituirá Serviço Público relevante.

ARTIGO 4º - *As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de desempate.*

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 5º - O Programa de Alimentação Escolar será executado em :

- I – Recursos transferidos pela União e pelo Estado;
- II – Recursos próprios do Município, consignados no Orçamento Anual;
- III – Recursos financeiros ou de produtos doados por entidades particulares, instituições estrangeiras ou internacionais.

ARTIGO 6º - O Regimento Interno do Conselho será baixado pelo Prefeito Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias após a entrada em vigência da presente Lei.

ARTIGO 7º - As despesas necessárias para a manutenção do CAE, serão oriundas da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o Orçamento vigente para o Exercício 2001 e 2002.

ARTIGO 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE GOV. JORGE TEIXEIRA
PODER LEGISLATIVO

Fl. N.º 021

Proc. N.º 14700

ARTIGO 9º - Revogam – se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal 044/95, de 07 de Abril de 1995.

GABINETE DO PREFEITO DOO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, ESTADO DE RONDÔNIA, aos Vinte e Dois dias do Mês de Dezembro do ano 2000.



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE GOV.
JORGE TEIXEIRA

Fl. N.º 001

Proc. N.º 147/00

MEMORANDO Nº 043 /SG/CMGJT/ 2000

DA: SECRETARIA GERAL

PARA: PROTOCOLO/CMGJT

Sr. Responsável,

Solicitamos a formalização de processo da matéria
em pauta, na ordem e termos à seguir expostos:

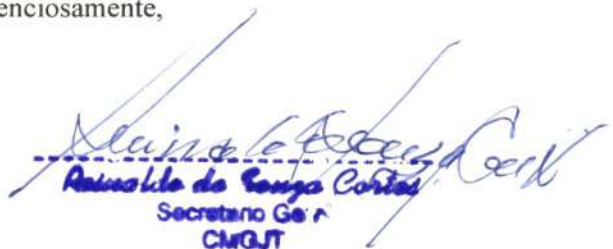
NOME DA FIRMA: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA.**

ASSUNTO: PROJETO DE LEI Nº 213/GP/2000 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2000.

"**CRIA O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CAE) DO MUNICÍPIO
DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

Gov. Jorge Teixeira, em 22 de dezembro de 2000

Atenciosamente,


Raimundo de Souza Cortes
Secretário Geral
CMGJT

PROCESSO Nº 147/00/ 2000



GOVERNO DE RONDÔNIA

Prefeitura Municipal de Gov. Jorge Teixeira

GABINETE DO PREFEITO

Mensagem n.º 022/G.P/2000

Gov. Jorge Teixeira/RO., 22/ Dezembro/2000

Senhores Vereadores,

CONSIDERANDO : A edição da Medida Provisória 1979 – 19;

CONSIDERANDO: Ser imprescindível as ações do CAE – Conselho de Alimentação Escolar, em nosso Município;

CONSIDERANDO: A adequação das nomeações da Composição do Conselho.

O **Executivo Municipal**, tem a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências, o presente Projeto de Lei n.º 213/GP/2000, em REGIME ESPECIAL, de acordo com o disposto no Artigo 144 do Regimento Interno, desta Magna Casa de Lei, o qual **"CRIA O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CAE) DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA"**, em adequação a Medida Provisória 1979 – 19.

Informamos ainda que, o presente Projeto de Lei propõe a adequação da Medida Provisória 1979 – 19, conforme ofício do FNDE, e visto ser de imprescindível interesse público, para a continuidade do recebimento das parcelas referente recursos do Governo Federal para o nosso Município, onde constatamos a necessidade da aprovação da presente Lei, para que possamos encaminhar até a data de 31 de Dezembro do Corrente, e a conseqüente regularização.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade, para reiterar a Vossas Excelências os protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,


FERDINANDO LEITE DE PADUA
CHEFE DE GABINETE

Aos

Excelentíssimos Senhores Vereadores

CÂMARA MUNICIPAL DE GOV. JORGE TEIXEIRA

Governador Jorge Teixeira/RO

Recebido
em 22/12/2000


Américo de Souza Costa
Secretário Geral
CMGUT

Lei Municipal nº 202/2000
de 22 de dezembro de 2000



Fl. No	003
Proc. No	147/00

GOVERNO DE RONDÔNIA

Prefeitura Municipal de Gov. Jorge Teixeira

GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI N.º 213/GP/2000
DE 20 DE DEZEMBRO DE 2000

"CRIA O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CAE) DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

- **CONSIDERANDO:** A edição da Medida Provisória 1979 – 19;

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faço saber que a Câmara Municipal de Governador Jorge Teixeira, aprovou e eu sanciono a presente:

LEI
===

Artigo 1º - Fica criado o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), no Município de Governador Jorge Teixeira, como Órgão deliberativo, Fiscalizador e de Assessoramento ao Governo Municipal na execução do Programa de Assistência e Educação alimentar, junto aos estabelecimentos de Educação Pré – Escolar e de Ensino Fundamental, mantidos pela Municipalidade, motivando a participação de Órgãos Públicos e da Comunidade na Consecução de seus objetivos, competindo-lhe especificamente:

I – Acompanhar a aplicação dos Recursos Federais, transferidos à conta do PNAE;

II – Zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias.

III – Receber, analisar e remeter ao FNDE, com parecer conclusivo, as prestações de contas do PNAE;

Recebido em
22/12/2000

Raimundo de Souza Cortes
Secretário Geral
CMRJ



Fl. N.º 004
Proc. N.º 147/00

GOVERNO DE RONDÔNIA

Prefeitura Municipal de Gov. Jorge Teixeira

GABINETE DO PREFEITO

IV – Promover a elaboração dos cardápios dos programas de Alimentação Escolar, respeitando os hábitos alimentares do Município, sua vocação agrícola, dando preferência aos produtos “in natura”;

V – Orientar à aquisição de insumos para os Programas de Alimentação Escolar, dando prioridade aos produtos da região;

VI – Sugerir medidas aos Órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, nas fases de elaboração e tramitação do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes e Orçamento Municipal, visando:

- a) as metas a serem alcançadas;
- b) a aplicação dos recursos previstos na Legislação Nacional;
- c) o enquadramento das Dotações Orçamentárias, especificadas para alimentação escolar;

VII – Realizar campanhas sobre higiene e saneamento básico, no que diz respeito aos seus efeitos sobre a alimentação;

VIII – Promover a realização de Cursos de Culinária, noções de nutrição, conservação de utensílios e material, junto às Escolas Municipais e Estaduais;

IX – Levantar dados estatísticos nas Escolas e nas Comunidades, com a finalidade de avaliar o Programa a nível Municipal;

X – Articular – se com órgãos ou Serviços Governamentais nos âmbitos Estaduais e Federais e com outros Órgãos da Administração Pública ou Privada, a fim de obter colaboração ou Assistência Técnica para a Melhoria da alimentação Escolar distribuídas nas Escolas Municipais e Estaduais;

XI – Fixar critérios para a distribuição da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino Municipais e Estaduais;

XII – Articular –se com as Escolas Municipais e Estaduais, conjuntamente com os órgãos de Educação do Município, motivando – as na Criação de Hortas, Granjas e Pequenos animais de Corte, para fins de enriquecimento da alimentação escolar;

XIII – Realizar campanhas educativas de esclarecimento sobre alimentação;



Fl. N.º	005
Proc. N.º	14760

GOVERNO DE RONDÔNIA

Prefeitura Municipal de Gov. Jorge Teixeira

GABINETE DO PREFEITO

XIV – Realizar estudos a respeito dos hábitos alimentares locais, levando - os em conta quando da elaboração dos cardápios para a merenda escolar;

XV – Exercer a fiscalização sobre o armazenamento e a conservação dos alimentos destinados à distribuição nas escolas assim como a limpeza dos locais de armazenamento;

Parágrafo Único – A execução das proposições estabelecidas pelo Conselho de Alimentação Escolar, ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

ARTIGO 2º - O Conselho de Alimentação Escolar terá a seguinte composição:

I – 01 (um) representante do Poder Executivo, indicado pelo Chefe desse Poder;

II – 01 (um) representante do Poder Legislativo, indicado pela Mesa Diretora desse Poder;

III – 02 (dois) representantes dos professores, indicados pelo respectivo órgão da classe;

IV – 02 (dois) representantes de pais e alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares;

V – 01 (um) representante de outro segmento da Sociedade Local.

§ 1º - A cada membro efetivo corresponderá um suplente.

§ 2º - Os Membros e o presidente do CAE, terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

§ 3º - O CAE terá 01 (um) Presidente e seu respectivo Vice, com mandato de 02 (dois), podendo ser reeleito uma única vez.

§ 4º - O Presidente e o Vice – Presidente, serão eleitos pelo voto de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros do CAE presentes em Assembléia Geral especialmente convocada para tal fim.

§ 5º - Os representantes, não ligados ao Executivo, referido neste Artigo, serão indicados por suas entidades para nomeação do Prefeito Municipal.





Fl. N.º 006
Proc. N.º 147/00

GOVERNO DE RONDÔNIA

Prefeitura Municipal de Gov. Jorge Teixeira

GABINETE DO PREFEITO

§ 6º - No caso de ocorrência de vaga, novo membro designado deverá completar o mandato do substituto.

§ 7º - O Conselho de Alimentação Escolar, reunir – se – à, ordinariamente, com a presença de pelo menos metade de seus Membros, uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente, mediante solicitação de pelo menos 1/3 (um terço) de seus Membros efetivos.

§ 8º - Ficarà extinto o Mandato do Membro que deixar de comparecer, sem justificação, a 02 (duas) reuniões consecutivas do Conselho ou 04 (quatro) alternadas.

ARTIGO 3º - O Exercício do Mandato do Conselho será gratuito e Constituirá Serviço Público relevante.

ARTIGO 4º - *As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de desempate.*

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 5º - O Programa de Alimentação Escolar será executado em :

- I – Recursos transferidos pela União e pelo Estado;
- II – Recursos próprios do Município, consignados no Orçamento Anual;
- III – Recursos financeiros ou de produtos doados por entidades particulares, instituições estrangeiras ou internacionais.

ARTIGO 6º - O Regimento Interno do Conselho será baixado pelo Prefeito Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias após a entrada em vigência da presente Lei.

ARTIGO 7º - As despesas necessárias para a manutenção do CAE, serão oriundas da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o Orçamento vigente para o Exercício 2001 e 2002.

ARTIGO 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





GOVERNO DE RONDÔNIA

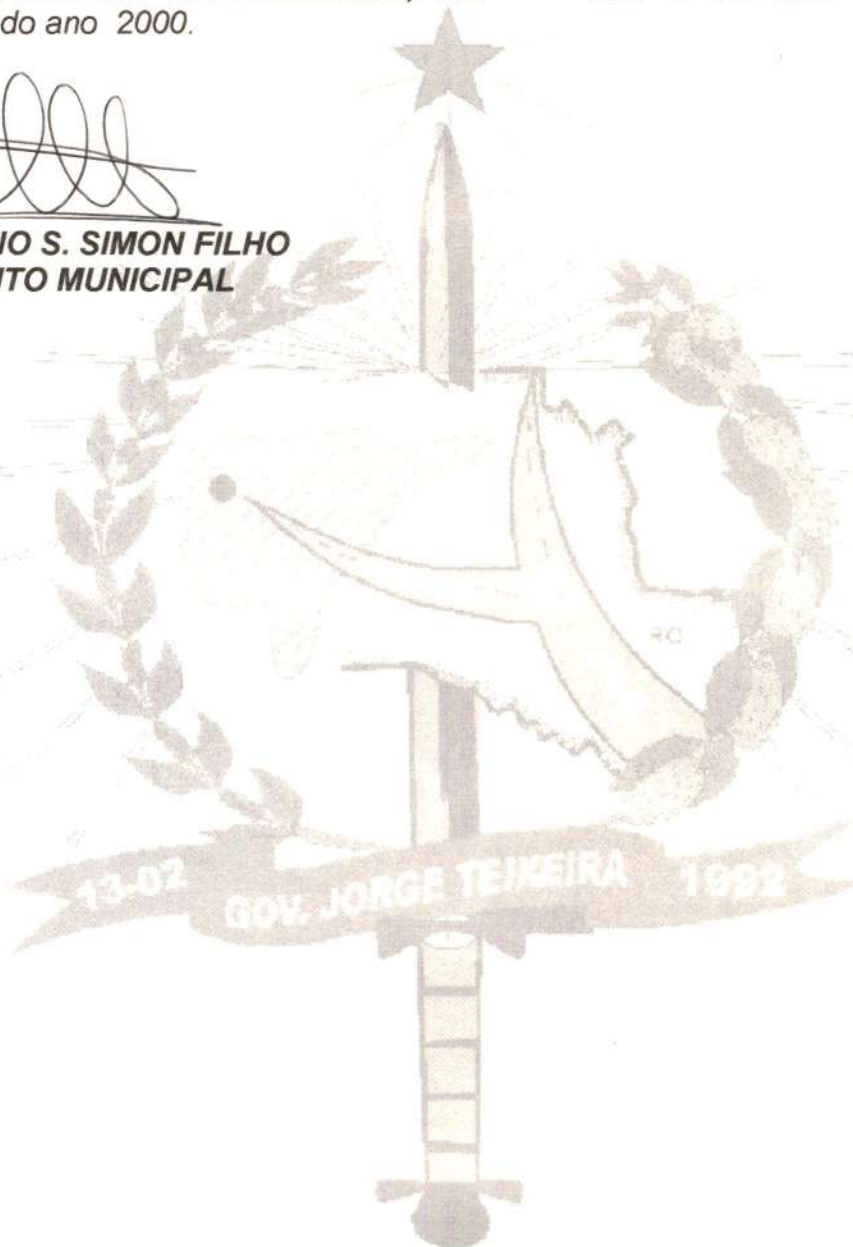
Prefeitura Municipal de Gov. Jorge Teixeira

GABINETE DO PREFEITO

ARTIGO 9º - Revogam – se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal 044/95, de 07 de Abril de 1995.

GABINETE DO PREFEITO DOO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, ESTADO DE RONDÔNIA, aos Vinte e Um dias do Mês de Dezembro do ano 2000.

VANDELINO S. SIMON FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



Recebido em
22/12/2000.

Raimundo de Souza Cortes
Secretário Ger.
CMOJT

